

Carmen Felgueiras
Universidade Federal
Fluminense – UFF
E-mail:
carmen.uff@hotmail.com

A seda azul do papel que envolve a maçã: as cidades brasileiras na ensaística de Afonso Arinos de Melo Franco



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](#).

Copyright (©):

Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização ou reprodução

ISSN: 2175-8689

*The blue silk of the paper that wraps the apple:
the brazilian cities in the essayistic writing of
Afonso Arinos de Melo Franco*

*La seda azul del papel que envuelve la manzana:
las ciudades brasileñas en la ensayística de
Afonso Arinos de Melo Franco*

Felgueiras, C. A seda azul do papel que envolve a maçã: as cidades brasileiras na ensaística de Afonso Arinos de Melo Franco. *Revista Eco-Pós*, 28(3), 90-112. <https://doi.org/10.29146/eco-ps.v28i3.28557>

RESUMO

Este artigo busca evidenciar as chaves analíticas empregadas por Afonso Arinos de Melo Franco em seu livro de memórias, *A alma do tempo*, para pensar três cidades brasileiras: Belo Horizonte, Brasília e Petrópolis. Argumento que o tema das cidades, no qual se inscrevem essas análises, recebe no contexto das memórias um tratamento ensaístico capaz de identificar, em cada cidade singular, seus aspectos distintivos: ora observando a presença de uma sociabilidade urbana e de um papel civilizador vigorosos, ora, sob lentes quase sociológicas, apontando os aspectos problemáticos da *cidade artificial*, assim como o efeito paradoxal da degradação urbana promovida pelo progresso. Em comum nesta seleção de cidades vistas por Afonso Arinos estão os vínculos com o modernismo, seja nos debates intelectuais entre os seus pares, tendo a cidade como locus, seja nas mudanças quanto às suas avaliações sobre a arquitetura modernista, no sentido da afirmação idiossincrática de um modernismo mineiro.

PALAVRAS-CHAVE: *Afonso Arinos de Melo Franco; Modernismo; Cidades Brasileiras; memorialística.*

ABSTRACT

This article seeks to highlight the analytical keys employed by Afonso Arinos de Melo Franco in his memoir, *A alma do tempo*, to reflect upon three Brazilian cities: Belo Horizonte, Brasília, and Petrópolis. I argue that the theme of the cities, within which these analyses are inscribed, receives in the context of the memoirs an essayistic treatment capable of identifying, in each singular city, its distinctive aspects: at times observing the presence of a vigorous urban sociability and a civilizing role, at times, through lenses that are almost sociological, pointing to the problematic aspects of the artificial city, as well as the paradoxical effect of urban degradation brought about by progress. What these selected cities, as seen by Afonso Arinos, share in common are their ties to modernism—whether in the intellectual debates among his peers, with the city as locus, or in the shifts in his assessments of modernist architecture, in the sense of affirming the idiosyncratic character of a Mineiro modernism.

KEYWORDS: *Afonso Arinos de Melo Franco; Modernism; Brazilian Cities; Memoir Writing.*

RESUMEN

Este artículo busca evidenciar las claves analíticas empleadas por Afonso Arinos de Melo Franco en su libro de memorias, *A alma do tempo*, para pensar tres ciudades brasileñas: Belo Horizonte, Brasilia y Petrópolis. Sostengo que el tema de las ciudades, en el cual se inscriben estos análisis, recibe en el contexto de las memorias un tratamiento ensayístico capaz de identificar, en cada ciudad singular, sus aspectos distintivos: ora observando la presencia de una sociabilidad urbana y de un papel civilizador vigorosos, ora, bajo lentes casi sociológicas, señalando los aspectos problemáticos de la ciudad artificial, así como el efecto paródjico de la degradación urbana promovida por el progreso. En común en esta selección de ciudades vistas por Afonso Arinos están los vínculos con el modernismo, ya sea en los debates intelectuales entre sus pares, teniendo la ciudad como locus, ya sea en los cambios respecto a sus evaluaciones sobre la arquitectura modernista, en el sentido de la afirmación idiosincrática de un modernismo mineiro.

PALABRAS CLAVE: Afonso Arinos de Melo Franco; Modernismo; Ciudades Brasileñas; Memorialística.

Submetido em 15 de julho de 2025.
Aceito em 20 de outubro de 2025.

Introdução

A Alma do Tempo, livro de memórias de Afonso Arinos de Melo Franco (1905- 1990) contém naturalmente os fatos da sua longa carreira como jurista, político, diplomata, historiador, ensaísta, crítico e professor, assim como eventos da vida de seus antepassados e de sua própria infância e juventude, até então desconhecidos do grande público. Contudo, o tempo de sua fatura, iniciada em 1959 e concluída em 1978, permite intuir de imediato que é uma obra de muitos gêneros. Fala do passado, mas também do presente. Como um diário, as anotações seguem cronologicamente o tempo presente da escrita e, por vezes, constituem-se em reflexões sobre os últimos acontecimentos vividos, tanto os pessoais quanto os públicos, que invariavelmente antecedem o fluxo das rememorações. Assim, diante das várias possibilidades que as *Memórias* oferecem, este artigo irá explorar sua forma ensaística, ou seja, seguindo a concepção luckacsiana de ensaio¹, interesso-me pelo tema circunscrito por esta forma — a seda azul do papel do título — algo que pretendi destacar do todo no qual, de outro modo, estaria dissolvido.

Outra questão importante para situar a obra de Afonso Arinos é a sua relação com o modernismo. Desde muito jovem começara a se bandear para os lados modernistas e é digno de nota o episódio em que, como resposta à insistência do filho em convertê-lo às ideias das novas vanguardas estéticas, o pai, Afrânio de Melo Franco, o envia à Europa, para um *tour* romano, ciceroneado pelo amigo e embaixador do Vaticano, Carlos Magalhães de Azeredo. Mas o esforço paterno seria inútil. A força do movimento cultural² em que o modernismo brasileiro se tornava, se fazia sentir sobre as opções do jovem Afonso Arinos, sobretudo porque o

¹ Para a discussão, que ultrapassa os limites desse trabalho, ver Luckács (2017).

² A propósito o argumento, ver Botelho e Hoelz (2022).

movimento seria plástico o suficiente para atrair alguém como ele, bastante afinado com o projeto do modernismo mineiro, no que ambos visavam conciliar tradição e modernidade³.

Viajando pelo mundo desde muito cedo, acompanhando o pai e a família ou cumprindo solitário o périplo obrigatório dos jovens membros das elites dirigentes pela Europa, o seu *grand tour* pessoal, dedicado à formação de sua personalidade⁴, Afonso Arinos conheceu ao longo de sua vida um conjunto considerável de cidades estrangeiras. Delas falará em *A alma do Tempo*, como também das muitas cidades brasileiras em que viveu ou por onde passou. Belo Horizonte e Petrópolis são as que frequenta na infância e adolescência; fala dessas cidades de modo explicitamente auto referido, na medida em que se ligam aos vínculos subjetivos das experiências pessoais: as amizades, as relações familiares e amorosas. Já na idade adulta, o circuito exigido ao candidato e parlamentar em diversas ocasiões se amplia para as várias cidades mineiras e aquelas pelas quais passa no caminho de Brasília, na condição de senador da República.

A fim de introduzir essa ideia, o parágrafo que cito a seguir expressa bastante bem a perspectiva de Afonso Arinos sobre as cidades em geral e as brasileiras em particular, em que fica nítido o caráter alegórico que lhes atribui, posto que vistas como capazes de figurar características de determinadas épocas e grupos sociais.

Andando a pé, sozinho, pelas avenidas ajardinadas do centro [de Goiânia], eu pensava na frase de Joaquim Nabuco, de que preferia uma curva da via Ápia ao contorno da baía de Guanabara. Eu, também, não consigo me adaptar a uma paisagem destituída de cultura, ou de história, como Goiânia ou Brasília. Preferia, sinceramente, viver em Ouro Preto do que na nova capital da República. Não direi o mesmo que Nabuco, quanto ao Rio de Janeiro, porque esta grande e querida cidade, além de centro cultural do país, é, também, dos seus primeiros cenários históricos (Franco, 2018, p 373).

³ Conforme sugere Gonçalves (1996) , a implementação dos ideais modernistas em Minas Gerais, ao valorizar a contribuição da estética barroca, implica uma sutil e complexa recuperação dos valores do passado. Helena Bomeny (1994) em outro diapasão, trabalha as diferenças no interior do movimento modernista, buscando especificar o sentido da categoria de mineiridade. Corroborando essas análises, encontramos nas páginas de *A alma do tempo* esse reconhecimento da especificidade do modernismo mineiro. Depois de ressaltar as características distintivas, populares, do barroco mineiro, é com os valores desse modernismo, sobretudo os que resultam na ideia de preservação do patrimônio cultural do país, que ele reage a um sentimento de inferioridade diante do que vivenciava na passagem por Munique em 1974: “Temos de proteger nossa cultura, assim ela se afirmará para o futuro. Quem conta com Drummond, Nava, Murilo Mendes, ou Rosa, não deve desesperar com este museu de Munique. Penso em Minas Gerais com enterneceda saudade” (Franco, 2018, p. 1536).

⁴ Sobre a ideia de formação da personalidade ver Waizbort, 2015.

Como se pode observar, ao simultaneamente concordar com Joaquim Nabuco, e corrigir sua injustiça com relação ao Rio de Janeiro, Afonso Arinos deixa evidente que seu metro particular para avaliar as cidades é auto referido, (“eu não consigo me adaptar”) e, neste sentido, isento de objetividade. São para ele as características da cultura (em geral, a alta cultura) e da histórias os principais critérios, sobretudo quando suas ausências se mostram fundamentais para interpretar as mudanças sofridas pelo meio urbano e principalmente sua arquitetura, à medida da passagem do tempo:

A princípio era ela [a casa da rua Anita Garibaldi em Copacabana] um daqueles chamados *bungalows* — abrasileirados em ‘bangalôs’— tão típicos dos arredores de 1920. [...]. Toda gente adotou o estilo. Meus avós, mesmo, tão conservadores, mineiros de casa-grande, quando vieram de Belo Horizonte, construíram o seu, entre as ruas Ipanema e Bolívar. Eram residências ao gosto americano, com pérgulas e colunatas, fachadas e janelas garridamente ornadas com buganvílias e outras trepadeiras floridas. Pareciam tiradas de páginas de revistas ianques. Substituíram, em massa, as velhas e honestas construções dos mestres de obras portugueses, que se haviam espalhado pelo bairro vinte anos antes: as casinhas de fachada lisa e platibanda, com esquadrias de pedra e escadas laterais, também de pedra, dando para varandas corridas e cobertas. Os bangalôs americanos passaram a imperar, antes que se vissem, por sua vez, dominados pela horrenda moda do falso estilo colonial, quer fosse a contrafação do nosso próprio, quer os chamados ‘colonial mexicano’ ou “espanhol”. Tudo isso sumiu, devorado pela alta dos terrenos e a febre dos apartamentos. Raros, raríssimos são os espécimes que ainda restam, no bairro, do sobradinho português, do bangalô americano ou do prédio “colonial”; e, assim mesmo, desvirtuados em finalidades comerciais, quando não degradados em usos incertos, desocupados, sujos, esperando a demolição que venha extinguir as últimas lembranças de uma vida há tanto tempo extinta. (Franco, 2018, p. 440).

As páginas seguintes serão, portanto, dedicadas à análise das visões de Afonso Arinos sobre três cidades, eleitas segundo o critério da maior ou menor familiaridade que o autor estabelece com elas. Belo Horizonte e Petrópolis, cidades de início e fim biográficos, e Brasília, uma quase antagonista.

1 Belo Horizonte

O mundo era para mim Belo Horizonte, as casas de meu avô e de meu pai; os passarinhos do viveiro e as frutas do quintal; o mês de Maria na matriz setecentista da Boa Viagem, com as meninas vestidas de branco, cantando; os círios acesos e a nave coberta de folhas de mangueira; os passeios de carro pelas alamedas do parque; os poentes estupendos, num desatino rubro-dourado, que íamos admirar nos altos da avenida Álvares Cabral [...] (Franco, 2018, p. 61).

Os mineiros pintam diariamente o céu de azul. (Andrade, 2013, p. 206).

De todas as cidades brasileiras sobre as quais Afonso Arinos escreve em *A Alma do Tempo*, sua cidade natal é aquela que paradoxalmente menos comenta. Se considerarmos como razão para tal escassez a falta de distanciamento ou de perspectiva, concluímos que o obstáculo da proximidade e seu efeito são ainda maiores que os que verificamos em relação a Petrópolis, conforme veremos adiante. Aqui também, embora de modo mais sutil, podemos observar o recurso — usado no caso desta última — da comparação entre passado em presente. Contudo, salvo em algumas poucas passagens, Belo Horizonte parece ter ficado parada no tempo de sua infância e juventude.

A cidade é, portanto, onipresente nas *Memórias* enquanto palco, cenário ou contexto das experiências iniciais, assim como do período das campanhas eleitorais e da política estadual nas quais ele próprio e sua família sempre estiveram diretamente envolvidos como principais protagonistas.

Nesse sentido, vale ressaltar e distinguir duas perspectivas assumidas por ele nos comentários sobre Belo Horizonte: a propriamente memorialista, da qual o trecho citado em epígrafe talvez seja o mais eloquente, mas que pode ser complementado pelas menções aos locais — bares, cafés, livrarias — onde a intelectualidade e a política mineira criavam e consolidavam a chamada *esfera pública burguesa*⁵ de então.⁶ A outra perspectiva, mais analítica

⁵ Ver, por exemplo, Habermas (1984).

e mais próxima do ensaio, explora o papel de Belo Horizonte no conjunto da vida mineira. É preciso observar, contudo, que esta distinção não pode ser afirmada de modo radical, uma vez que mesmo quando imersa na subjetividade do autor a perspectiva memorialista apresenta elementos que visam reconstruir a atmosfera da cidade e das relações que nela tinham lugar, assim como estabelecer um diálogo com seus contemporâneos, como é o caso do passeio noturno com Milton Campos pelas ruas de Belo Horizonte.

Naqueles saudosos tempos ocorria passarmos as noites em rodas de amigos, à frente de copos de chope, conversando à *bâtons rompus*. Lembro-me de uma madrugada em que saímos os dois do bar que cerrava as portas e vagamos a pé pelas ruas adormecidas. Milton morava na bela avenida Álvares Cabral, pouco acima do Grande Hotel, da rua da Bahia, onde me achava hospedado. Acompanhei-o até à porta de casa. A alguns metros via-se a imensa gameleira, vinda do Curral del-Rei, que erguia a fronde triunfal na confluência da avenida com a rua Espírito Santo. Do banco que envolvia o tronco secular, descortinava-se a baixada, naquele tempo ainda erma, do córrego do Leitão. A cidade adolescente cercava-se de velhos nomes bandeirantes: córregos do Leitão e do Arruda, alto do Vira e Saia, Acaba-Mundo, serra do Curral. [...] Endireitamos pela rua da Bahia, e o claro sol das Gerais nos apanhou, sempre falando sobre livros e autores, sentados no patamar de entrada do Conselho Deliberativo (Câmara Municipal), cujo gótico de caliça e vidro colorido provocou o pasmo de Mário de Andrade, no 'Noturno de Belo Horizonte'. (Franco, 2018, p. 293-294).

A passagem que acabei de citar permite, portanto, inferir o sentido polissêmico da cidade para Afonso Arinos. Ela é tanto cenário das relações que estabelece⁷, como ponto da sua divergência com Mário e reveladora de um processo de modernização característico da tradição mineira. Assim sendo, se o seu significado como cenário é bastante evidente, menos o

⁶ "Minha roda literária era de Belo Horizonte: Drummond, Nava, Abgar, Milton, João Alphonsus, Capanema. Murilo Mendes eu não conhecia". (Franco, 2018, p. 1602).

⁷ Há neste ponto duas passagens ilustram bem o fato de que sua visão da cidade passa pela convivência com seus pares. Ou seja, se em 1926 ele receia cumprir as determinações do pai de aceitação da nomeação para o cargo de promotor em Belo Horizonte ("Não me agradava nada, no momento, separar-me de Anah e ir para Belo Horizonte, onde praticamente não tinha nenhum ambiente" (Franco, 2018, p. 252)), pouco depois, em 1928, relata: "Entre as provas de afeição que recebi, destaco o almoço de despedida [da cidade e do cargo de promotor] que me foi oferecido no Automóvel Clube, então ainda sediado na praça da Liberdade, ao qual compareceram alguns dos mais eminentes vultos da cidade, amigos quase todos de família. [...]. Na lista dos presentes, recolho os nomes de Rafael Magalhães, Mendes Pimentel, Djalma Pinheiro Chagas, Francisco Negrão de Lima, Milton Campos, Pedro Aleixo, Orozimbo Nonato, Abgar Renault, Carlos Drummond de Andrade, Daniel de Carvalho e Euríalo Canabrava. Como se vê, tudo o que Belo Horizonte podia oferecer de melhor entre os juristas, políticos e intelectuais da velha e nova gerações." (Franco, 2018, p.286).

é o sentido da menção ao poema de Mário⁸. Ao que parece, a expressão *sentados no patamar de entrada* seria como uma resposta ao pasmo do poeta⁹. Nada mais oposto, portanto, ao espanto com a arquitetura gótica da Câmara Municipal¹⁰ que a atitude prosaica dos dois amigos. O noturno de Belo Horizonte de Afonso Arinos é preenchido pelo que é plenamente familiar: a amizade, a literatura, a arquitetura, a paisagem e os nomes tradicionais. Além disso, do mesmo modo que ele o fizera em seu próprio percurso biográfico, a “cidade adolescente cercava-se de velhos nomes bandeirantes” (FRANCO, 2018, p.292), o que denota uma opção, uma alternativa senão perseguida, pelo menos aceita por ambos.

Por outro lado, apreciações menos subjetivas da cidade vão em pelo menos duas direções: uma, diz respeito ao papel de centro civilizador desempenhado por Belo Horizonte no contexto estadual desde a sua criação até o momento da narrativa; a outra, assumindo uma perspectiva diacrônica, a da decadência e da degradação¹¹.

Na primeira direção, a cidade funcionava como um filtro do que vinha da capital federal e de centros urbanos mais desenvolvidos e neste sentido, agia (e ainda agiria) como um intermediário na educação da gente rude do campo, que, para ele, incluía, por suposto, a classe dos proprietários rurais¹².

Aquele Belo Horizonte do início do século era um centro interessante, por vários motivos. Com o seu aspecto meio rural e meio de acampamento, distingua-se, contudo, do comum das cidades do interior, porque, pequena materialmente, era a nova sede do maior poder político da República: o estado de Minas Gerais. [...], Mas Belo Horizonte era então, mais do que hoje, um centro

⁸ O poema de Mário é citado três vezes em *A alma do tempo*. Uma das menções (“Vêm-me também à memória, esparsos e inconsequentes, os versos de Mário de Andrade” (Franco, 2018, p. 431)) reforça a suposição da discordância apontada, apesar de sua proximidade com os diversos grupos modernistas e das demais referências assertivas das frases de Mário neste texto memorialístico.

⁹ “A quem, por outro lado, presta tributo pela afirmação do ‘direito ao lugar-comum’” (Franco, 2018, p.81).

¹⁰ Nas passagens em que cita o “Noturno de Belo Horizonte”, Afonso Arinos busca revelar nomes e lugares que aparecem cifrados no poema.

¹¹ Talvez um dos sinais dessa decadência esteja no meio político mineiro, acidamente descrito nas páginas de 23 de junho de 1977: “Pobre avô! [Cesário Alvim]. Quando penso na sua vida, com surtos de glória e desenganos cruéis, vêm-me, invencivelmente, o amargor, a tristeza para com a mesquinharia mineira. Com ele, com meu pai, com Virgílio, comigo, foi sempre esse monótono jogo de alcatifadas hostilidades, de impedimentos e obstáculos sutis. Claro que, quando expriro estes sentimentos, refiro-me, não ao povo mineiro, nem aos meus amigos, que os tenho mui queridos, mas ao meio político, em geral, àquele enredado ambiente de composições personalistas e regionalistas de sacrifício, que marcou e marca a política mineira republicana.” (Franco, 2018, p. 1709).

¹² A rudeza dos mandões do campo (“rudes mandões de Viçosa, de Ubá, de Leopoldina”) é descrita em várias passagens de *A Alma do Tempo*. Vide, por exemplo, as páginas 125 e 1709.

meio rural. Cidade adiantada, mas sertaneja, longe do mar e das suas influências, a capital mineira recebia constantemente uma considerável imigração interna, de gente rude do campo. Belo Horizonte funcionava, e ainda funciona, como uma espécie de filtro civilizador. Diferentemente das grandes metrópoles litorâneas, que se civilizam com as contribuições transatlânticas, a minha cidade era um núcleo de civilização que educava o sertanejo. Quando eu era promotor isto parecia bem mais sensível do que hoje, pois, com o atual desenvolvimento da capital, essa função, embora existente, tornou-se menos visível. (Franco, 2018, p.259).

Na outra direção, reduzindo ou mesmo anulando o contraste entre o passado e o presente, Belo Horizonte e Minas Gerais são o repositório de valores ancestrais que, segundo observa, ainda perduravam. Nas anotações de 11 de outubro de 1961 são esses valores e características do povo mineiro que explicam a vitória de Magalhães Pinto pela UDN sobre Tancredo Neves do PSD. Daqui à conclusão desta seção, Minas Gerais será considerada como o todo do qual Belo Horizonte é a parte metonímica na memorialística de Afonso Arinos.

O contrário do que se vem dizendo, penso que a vitória de Magalhães [...] nada tem de revolucionária ou inovadora, nos processos da política mineira. O que, nesta política, parecia excêntrico e inusitado eram, ao contrário, os hábitos de truculência, demagogia e aventureirismo do grupo pessedista e petebista instalado no estado pela ditadura de Vargas. Minas é sutil, moderada, municipalista e ruralista, com tendência à composição minuciosa e ao entendimento discreto. O espetáculo oferecido pelo candidato derrotado e os seus acólitos ou asseclas desgostava, no fundo, a maioria dos pacatos mineiros das pequenas cidades e dos campos. As injúrias berradas nos microfones e televisões, as calúnias impressas, a desatinada demagogia esquerdistas e populista, afrontosamente praticada por notórios milionários, tudo isso repugnava o célico mineiro. Quando estive em Belo Horizonte para a convenção da UDN, observei claros indícios desse desgosto, embora não me parecesse que ele fosse forte bastante para dominar a reverência natural do mineiro pelo poder e pela autoridade. Mas a cédula única, entregue desta vez, obrigatoriamente, ao eleitor, pela Justiça Eleitoral, propiciou o clarão libertador que se apossou de cada consciência, na cabina secreta. E o mineiro, longe de praticar um ato de rebeldia ou revolução, pôde se reintegrar nos seus hábitos e nas suas preferências, elegendo Magalhães Pinto. (Franco, 2018, p. 413).

Dez anos depois, em 1971, na noite de insônia em Petrópolis, em 24 de janeiro, o som da carreta que passa na estrada que margeia o Piabanga faz com que Afonso Arinos,

adivinhando-lhe o destino, rememorasse¹³ os seus quase 50 anos neste itinerário para Minas Gerais: “Sou hoje, seguramente, dos mais velhos pilotos dessa rota” (Franco, 2018, p. 1479). Relembra os companheiros de viagem, a pensão de dona Avelina, o lobo guará, a fonte, conhecida de Virgílio, “que saltava como um cabritinho da pedra”, a “negra doida” que vivia “numa espécie de furna no barranco”, a lua que ia “subindo devagar, devagar, nuazinha, por detrás das escarpas bravias da serra do Ouro Branco”, escarpas que são sucedidas no fluxo de consciência pelo sacrifício de Minas.: “Caminho de Minas Gerais, da minha terra livre que morreu porque não podia viver sem ser livre.” (Franco, 2018, p. 1479).

A carreta, eu a ouço sumir margeando o Piabanga. Vai para Minas. Vai entrar em Minas, na ponte do registro de Paraibuna, vai dobrar à esquerda, passar defronte do casarão abandonado que era o hotel em que Cândida, minha ama, recebeu o buquê de biscuit das mãos do caixeiro português, [...]vai ver, de repente, Belo Horizonte surgir na luz da antemanhã. Vai ver a minha cidade tal como era, com homens graves, de fraque e pincenê, cochichando sob as magnólias. Cochichando em língua mineira; língua civil, feita de latim, liberalismo e jurisprudência, mas em cujo dicionário não se encontravam palavras como submissão, aceitação, adulção, resignação, podridão. Deitado de costas, os olhos fechados, eu sigo para Minas. É madrugada. A noite ainda vai me fazer companhia por bastante tempo, a noite amiga, de inconsistente frescura. Como se estivesse rezando sem falar, vou desfiando o terço das horas, contas de saudade de Minas. (Franco, 2018, p.1480)

2 Brasília

Afonso Arinos chega com Anah a Brasília em 30 de junho de 1960, a exatos dois meses e nove dias depois da inauguração da capital, ocorrida em 21 de abril. Nas anotações do dia 09 de julho traça paralelos entre ele e seu avô Virgílio, também senador, que se instalara em Belo Horizonte vindo de Ouro Preto, com quase a mesma idade que a sua. A principal diferença é que ele não pretendia viver na nova capital da República.¹⁴ Aos 55 anos, revela o apego à casa

¹³ A carreta “[v]ai atravessar as ruas mortas de Juiz de Fora, Palmira, Barbacena, Queluz (de noite os nomes são os de antigamente) ” (Franco, 2018, p. 1479).

¹⁴ “Se o sacrifício será penoso para mim, muito maior o será para Anah, que só aceita a ideia de ir [para Brasília]na medida em que representa solidariedade para comigo ” (Franco, 2018, p. 1733).

no Rio, aos seus livros e às instituições a que pertencia, a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além da falta que lhe fariam os familiares e amigos. Tudo isso, junto aos seus 14 anos de vida parlamentar no Rio de Janeiro, tornava a permanência em Brasília algo semelhante a um exílio, ainda que tal associação fosse em parte negada no discurso no Senado Federal em 6 de julho¹⁵.

Contudo, nesta mesma ocasião, ele irá apresentar razões mais objetivas para o seu desagrado e que passam por uma avaliação de amplitude considerável, uma verdadeira radiografia da cidade, cobrindo aspectos estéticos, funcionais e sociais.

Afonso Arinos começa por relevar “as insuficiências naturais de uma cidade inaugurada há dois meses”¹⁶ para chamar a atenção para problemas que julga mais permanentes e que efetivamente importam. Seriam eles: a inadequação de forma à função; a artificialidade; a corrupção e as desigualdades sociais.

Inadequação

Ao iniciar seu discurso com várias ressalvas, Afonso Arinos parece pouco à vontade para caracterizar negativamente tanto Brasília como a arquitetura de Lucio Costa e Niemayer. Não sendo clássica, nem barroca, esta última lhe parece ter sido necessariamente produzida para provocar efeitos fáceis, *ligeiros e festivos*, de grandiosidade ou monumentalidade, ou seja, de grande impacto visual, ainda que fundada na singeleza e na simplicidade das formas. Mas a leveza de Brasília é para ele um defeito, posto que seus padrões são definitivamente outros,

¹⁵ “Para mim, portanto, [a ida para Brasília] não é propriamente um exílio, senão uma reintegração, uma volta às raízes ancestrais, que ainda conheci há alguns anos, com aspectos muito semelhantes àqueles que tinham na época antiga da colonização.” (Franco, 2018,p.359, grifo nosso).

¹⁶ “Quero acentuar que os reclamos e protestos dos parlamentares que não encontraram as acomodações que esperavam, na nova capital, me parecem grotescos. Todo mundo sabia, de antemão, que Brasília não se achava pronta para tantos forasteiros. A maior parte deles foi lá para ver e se fazer ver, para assistir às festas e ímpar de importância, dentro de um acontecimento histórico. A despersonalização, a cambulhada, o avanço grosseiro seriam inevitáveis dada a média da nossa educação e a mediocridade do nosso senso moral. Um homem de minha idade, habituado a ver coisas (e também a ler coisas) desde menino, não iria de forma alguma, a não ser por indeclinável imposição dos seus deveres, o que não era o caso, expor-se à cafajestice e à promiscuidade destes primeiros dias brasilienses” (Franco, 2018, p. 280). Talvez esse seja o parágrafo mais sugestivo da relação entre sua visão da política e do modo de vida nas grandes cidades brasileiras, em que tudo levava a crer que ambas seguiam numa mesma direção, no sentido da derrocada dos valores morais tradicionais.

aqueles que julga mais adequados à sua finalidade, que é a execução de serviços públicos: a imponência e a austeridade, conceitos, aliás, repetidos duas vezes no mesmo parágrafo:

A arquitetura de Niemeyer, de incontestável beleza, carece, a meu ver, de imponência e até de austeridade, quanto aos monumentos que são, ao mesmo tempo, serviços públicos. É possível que seja, somente, falta de hábito, e que a insistência e a propagação destas leves formas novas deem ao espectador do futuro uma outra impressão, menos ligeira e festiva, mais austera e imponente, como convém aos palácios do Estado (Franco, 2018, p. 360).

Contudo, aprofundando a ideia da inadequação da arquitetura de Brasília aos seus objetivos de prestação de serviços públicos, o principal para Afonso Arinos seria a ruptura das distinções entre os espaços público e privado ou, em seus termos, da intimidade, distinções necessárias a um ambiente de trabalho que exige recolhimento e introspecção. A frase “são caixas de vidro, abertas, até o solo, à inspeção curiosa dos passantes” (FRANCO, 2018, p. 360) não deixa de evocar para os leitores de hoje a análise de Richard Sennett (1988) sobre a rarefação do espaço público pressuposta por tais ambientes, como é o caso, citado no livro *O declínio do homem público*, do Lever House de Gordon Bunshaft, na Park Avenue, em Nova York. A Afonso Arinos, causa-lhe estranheza em Brasília, portanto, a exposição, não a um público com o qual houvesse a possibilidade de estabelecer algum tipo de interação, mas a *passantes* curiosos, incapazes de apreender o significado das tarefas que ali se realizavam. Como pode ser observado no comentário ácido de Afonso Arinos, transscrito abaixo, tal incompreensão seria inclusive a dos próprios arquitetos de Brasília.

Mas a falta de intimidade, quase diria, de recato, no trabalho, dentro desses cubos de vidro, é que me parece defeito grave, e difícil de ser sanado. Os edifícios dos ministérios, que se sucedem na avenida do Congresso, além de muito pequenos, velho defeito da arquitetura de Niemeyer, cuja experiência, no Ministério da Educação do Rio, nada ensinou, são ambientes pouco propícios à meditação, ao estudo, às severas decisões dos homens de governo, conscientes das suas tarefas. São caixas de vidro, abertas, até o solo, à inspeção curiosa dos passantes; abertas ao bulício da rua, sem recolhimento nem privatismo. Somente homens pouco afeitos à vida de gabinete, ao fecundo e demorado contacto com o livro, o papel escrito, podem achar possível que se faça um ambiente de trabalho naqueles aquários cintilantes. (Franco, 2018, p. 360).

No comentário seguinte, Afonso Arinos vê que a inexistência de mediação entre o interior e o exterior nas edificações traz também, em pelo menos dois sentidos, a sensação de perda da liberdade. Primeiro, no sentido do devassamento, referido acima, e que impõe limitações aos que ali trabalham; e, segundo, no sentido da implantação de uma solução urbanística homogeneizadora e antidemocrática, quando impede tanto a inclusão e a participação no debate público de grandes parcelas da sociedade assim como a expressão de outras concepções de cidade.

Existimos às claras, como queriam os positivistas, mas só temos contacto direto com o mundo externo se saímos para a rua, quer dizer, para a poeira. Não há uma só sacada, uma só varanda em toda a cidade, onde se coloque um pote de gerânio ou uma gaiola dourada de canário cantador. Niemeyer falou-me em necessidade de disciplina, para a vida em comum. Mas eu acho que disciplina não se confunde com prisão, ainda que seja clara. Faltam em Brasília individualismo, personalidade, liberdade. Sou de opinião que se devem manter o conjunto urbanístico e o estilo arquitetônico tão bem integrados de Lúcio Costa e Niemeyer. Mas a homogeneidade dos conjuntos não impõe identidade dos aspectos particulares. Harmonia não é monotonia. [...]. Mas a personalidade, o gosto, a necessidade de cada qual se exprimem na liberdade das soluções. Minha concepção de ordem e disciplina é verdadeiramente democrática. É esta irredutível sensibilidade democrática que se sente opressa em Brasília. (Franco, 2018, p.360).

O pote de gerânio e a gaiola dourada de canário cantador em varandas e sacadas soam como provocação à estética modernista de Brasília. Contudo é válido supor que por meio delas Afonso Arinos intui ou mesmo alude à importante função social de um espaço que, além de conferir personalidade aos prédios, sirva para proteger a esfera privada da invasão da bisbilhotice dos passantes, ou na formulação antropológica de Roger Bastide (2011) em “Variações sobre a porta barroca”, constitua um lugar de passagem entre dimensões necessariamente distintas do social.

Artificialidade

Com relação a essa característica de Brasília, há pelo menos dois desenvolvimentos possíveis e que conduzem a direções distintas e aparentemente opostas. Um é o da separação radical entre a cidade e o mundo natural, levando, no limite, à total exclusão deste último. A outra é a da sensação de isolamento, de estar prisioneiro da amplidão da caatinga sertaneja, torrão de terra bruta, natureza primeva.

Em Brasília o estranho é a ausência de bichos. Só se veem máquinas, automóveis luxuosos, do último tipo, jipes, caminhões, niveladoras, lambretas, helicópteros, aviões. No entanto, ao redor, é a infinda caatinga sertaneja, torrão de terra bruta, natura primeva. Brasília é como uma ilha no meio do deserto. Sente-se, aqui, a sensação de estar prisioneiro, não do confinamento, mas da amplidão. Centro arquitetônico, poeirento e mecanizado, gritante é o seu desligamento do meio em que jaz, e, portanto, o seu artificialismo. [...] Brasília é um esforço de expansão geográfica; não atingiu, ainda, o ponto de constituir um centro de integração socioeconômico. Brasília não tem a naturalidade de uma cidade nacional; exibe o artificialismo administrativo de uma cidade federal. Não vi ainda um cavalo de montaria, um burro carregado de verdura, um carneiro, um gato vadio, uma galinha viva. A ausência de árvores faz com que não existam pássaros, a não ser em gaiolas. Até agora só vi um cachorro, preto e lazarento, cheirando restos na porta de um bar americano, na avenida W3. (Franco, 2018, p. 361).

No primeiro desenvolvimento aqui proposto, Afonso Arinos, conforme acabamos de ver, estranha a ausência de animais na cidade. Reconhecendo a inviabilidade de reconstituir aqui a longa história (e da extensa bibliografia) sobre as relações entre o homem e o mundo natural, o que, por ora, chamo a atenção neste parágrafo é para a total exclusão desse mundo na descrição de Brasília, quer sejam as relações utilitárias, afetivas ou mesmo de indiferença. Embora situado em um contexto em que as relações assimétricas e antitéticas (Koselleck, 2006) entre homens, animais e plantas fossem correntes, é significativo que as consequências de sua total exclusão para o habitante de Brasília tenha sido foco de preocupação para este observador de origem mineira, mas sediado há muitos anos na recém ex-capital federal. Ou seja, suas experiências de cidade o fazem contrastar esta cidade artificial como um conceito

antitético assimétrico das cidades *naturais* em que viveu. Se, como diz Reinhard Koselleck “[u]ma unidade de ação política e social só se constitui por meio de conceitos pelos quais ela se delimita, excluindo outras, de modo a determinar a si mesma” (Koselleck, 2006, p.192) é de se supor que sendo as máquinas o par antitético ao humano, esta nova antinomia rompe com a totalidade anterior, na qual, repita-se, embora por vezes antitéticos e assimétricos, homens, animais e vegetais integravam o mundo natural enquanto reinos distintos de uma mesma totalidade que os transcendia.

No segundo desenvolvimento sobre a artificialidade de Brasília, penso que a junção entre deserto e mar na metáfora da ilha que encontramos acima permite lançar algumas hipóteses sobre a relação entre cidade e sertão, sobretudo se a associamos às conclusões de Ricardo Benzaquen de Araújo (2019) em “Terra de ninguém; escravidão e direito natural no Jovem Joaquim Nabuco”. Neste ensaio Araújo correlaciona deserto e mar na crítica de Nabuco ao desregramento do tráfico de escravos, mas também à própria lei inglesa, o Bill Aderbeen, no cometimento de arbítrio e ofensa à soberania de nações a pretexto de coibir aquele tipo de atividade.

Da mesma maneira que os desertos, creio eu, o mar poderia ser definido, ao contrário da terra firme, como um reino governado pela contingência e pela mais absoluta irregularidade — “um campo livre para a pilhagem”, como sugere Carl Schmitt. (Araújo, 2019, p. 438).

Tal associação torna-se ainda mais importante quando retomamos a expressão, citada anteriormente: “só temos contacto direto com o mundo externo se saímos para a rua, quer dizer, para a poeira”. (FRANCO, 2018, 360). Ou seja, as coisas se passam como se a poeira do deserto, a matéria inorgânica movediça¹⁷, de fato invadisse a cidade artificial, cujas instituições, por outro lado, parecem ignorar, na hipótese da origem natural do contrato social, a igualdade

¹⁷ Da qual, a propósito, participam as máquinas. Não sendo a ocasião de expandir o argumento, quero apenas deixar anotado que Afonso Arinos reintegra a natureza a Brasília como paisagem, apreciada na medida de sua familiaridade: “Embora admirando, sempre, a beleza da cidade e interessado de contínuo, não apenas na sua paisagem sertaneja, familiar à minha sensibilidade, desde a infância, mas também na sua curiosa paisagem social e humana, não consigo adaptar-me à vida dali” (Franco, 2018, p. 702).

e liberdade pressupostas para a fundação da sociedade política¹⁸; desregramento que é visível, como veremos adiante, no fenômeno da corrupção que se alastrá pela cidade.

Ao fim e ao cabo, o artifício de Brasília para Afonso Arinos parece unir as duas pontas da análise para constituir um só argumento. Ambos os desenvolvimentos, que a princípio pareciam se opor, na medida em que no primeiro a cidade parece protagonista da exclusão do mundo natural e no segundo é ameaçada por parte desse mundo, se concluiriam na constatação do solapamento das bases¹⁹ do contrato social e do direito, derivados da ideia de natureza.

Corrupção²⁰

A terceira característica negativa de Brasília, que obviamente não é considerada por ele, como as demais, algo exclusivo da cidade, assume nela feição particular, pessoal e biográfica (“a de ser o maior trabalho de publicidade e bajulação da história da República”), e está em conexão lógica com os seus dois primeiros traços, a inadequação entre forma e função e a artificialidade. A falta de austeridade e de imponência nas edificações destinadas ao exercício das funções públicas, contribuindo para a diluição as fronteiras entre interesses públicos e privados, fazem com que a nova capital pareça liberar aos olhos de Afonso Arinos comportamentos os mais deploráveis na medida do seu cinismo e despudor. Seus comentários parecem ir na direção da denúncia da ingenuidade e inocuidade do intuito de expor o serviço público aos olhos dos passantes (“Existimos às claras, como queriam os positivistas” (Franco,

¹⁸ “A ideia do contrato feito no estado de natureza fornece, portanto, não somente uma explicação do conteúdo dos princípios políticos, mas também, um marco referencial de legitimidade política.” (Nussbaum, 2013, p. 14).

¹⁹ É importante atentar para a fragilidade dessas bases. Em 1963 ele reafirmaria sua impressão: “Sinto que a vida é perene mutação, mas a mutação se opera através da transformação de certos valores em outros; ou seja, a mudança exige a presença de certos valores identificáveis, embora em processo de evolução. São estes elementos estáveis que não encontro, ainda, em Brasília, onde se deu, apenas, uma violenta transformação material, com a irrupção, dentro do deserto milenar, de um prodigioso conjunto arquitetônico e urbanístico. Para este conjunto, porém, não se transportaram, ainda, elementos de caráter humano e cultural. Brasília é um gigantesco provisório, com toda a carga de superficialismo que esta palavra contém. Em Brasília meu espírito, minha inteligência, minha sensibilidade não se fixam. Não consigo levar as coisas a sério, não sei bem explicar por quê” (Franco, 2018, p. 704).

²⁰ Como leitor dos clássicos, sejam os da antiguidade greco-romana, sejam os do humanismo cívico da Renascença, Afonso Arinos não deve ter passado incólume pelo debate sobre a corrupção como resultado da particularidade da virtude e da relação entre tempo e decadência. Contudo, o desenvolvimento adequado dessas relações com o pensamento do autor ultrapassa o escopo deste texto, que acabou por se limitar à investigação do tema em sua obra memorialística.

2018, p. 360), mas que, na verdade, funcionaria como véu encobridor das ações ilícitas e corruptas.

Maridos complacentes enviam do Rio as bonitas esposas para defenderem os seus interesses junto aos mandões. Contou-me um colega do Senado que uma dessas damas, que viera em companhia de duas amigas, bateu-lhe às seis da manhã na porta do quarto do hotel, pretendidamente para conversar sobre um interesse do marido (industrial que ficara no Rio) no Banco do Brasil. Funcionários do Senado e da Câmara contam-me, citando nomes, episódios mesquinhos, cavações reles, que dão, em pequeno, ideia do que pode ser, em grande, o ambiente nos meios que dispõem realmente do poder do dinheiro público. (Franco, 2018, p. 362).

O isolamento da nova capital, sua artificialidade, a instabilidade e a incapacidade de estabelecer parâmetros universais de convivência baseados em valores liberais e democráticos de certa forma explica o que, em frase de efeito retórico, Afonso Arinos descreve como “um mistério insondável da baixeza humana”, a adulação espontânea dos poderosos. Apenas aparentemente insignificantes “exprimem um ambiente de progressivo afrouxamento e, principalmente, indicam a existência de irregularidades muito mais graves, nos círculos superiores” (Franco, 2018, p. 362).

Desigualdade

Ainda que não explicitamente articulada, a análise da estratificação social da cidade não deixa de estar em correlação de causalidade com a inadequação entre forma e conteúdo, a indistinção entre os espaços público e privado, uma solução urbanística que exclui a participação e a expressão das diferenças, a artificialidade e a corrupção ou agravam ou negligenciam as desigualdades.

A sociedade brasiliense estaria assim composta:

Em cima o grupo governativo: presidente, ministros, deputados, senadores e os aderentes do sistema majoritário, empreiteiros, negocistas, exploradores indefinidos e de toda casta, com suas mulheres apetitosas, perfumadas, queimadas de sol, cheias de joias, cruzando de calças e sandálias as avenidas monumentais, ou as vielas afaveladas da cidade livre. Abaixo deste vem o grupo dos altos burocratas, do Executivo e do Legislativo, do Banco do Brasil e das

autarquias, mais ou menos na mesma situação. Depois, tirante os tendeiros e lojistas, em grande parte sírios, judeus e japoneses, não há classe média. Cai-se logo na massa ignara e desamparada dos candangos. (Franco, 2018, p. 361).

Estes, para continuar com os conceitos assimétricos e antitéticos de Koselleck e com o último par por ele analisado, humanos e não-humanos, são considerados nesta estrutura social, como o próprio nome candango indica, bichos.

Conforme fiz uso do par antitético anteriormente, para opor em assimetria cidades naturais e artificiais, sendo esta última subordinada e depreciada por Afonso Arinos, seu emprego neste caso difere daquele atribuído a grupos sociais, quando o sentido político fica evidente.

Exibe-se, deslavada e brutal, a diferença entre nós, homens, e eles, bichos. Nós temos tudo, eles, que fizeram a cidade, nada. Aqui se sente, mais do que em qualquer parte, a crueza da injustiça social no Brasil Nordestino, na grande maioria, bastante jovens, na quase totalidade, eles vêm como gado, atulhando caminhões pelas estradas poeirentas, atraídos pela miragem. Muitos não têm nem documentos de identidade. Arrancados à lavoura manual e rude da terra natal, improvisam-se como trabalhadores de obras, e, já agora, os braços excedem a procura, como acentuava, no sermão da missa do último domingo, o barbadinho italiano que a oficiava. Dormem nos esqueletos de vigas e lajes, comem não se sabe o quê, e olham de fora aquele mundo que ajudam a construir. (Franco, 2018, p.362)

Assim, colocar os trabalhadores de Brasília no polo não-humano da antinomia, amplifica o seu potencial crítico contra os humanos que os colocaram nesta condição, assim como denuncia a falsidade de uma “experiência da humanidade como pretensa unidade política”²¹ (Koselleck, 2006, p. 219) . Por outro lado, quando a humanidade se torna um conceito político, o par negado da dualidade homem-não homem torna-se sujeito ao aniquilamento.

3. Petrópolis

²¹ Essa nova dualidade possui uma estrutura semântica diferente dos pares helenos e bárbaros, cristãos e pagãos, as demais antinomias tratadas por Koselleck, posto que não se refere à totalidade dos homens ao excluir dela o termo negado.

A subida da serra, à tarde, depois dos dias quentes do Rio, era uma delícia. (Franco, 2018, p. 242).

Apesar do contato de uma vida, da infância à velhice, com Petrópolis (ou, como ele próprio diz, *do* Petrópolis, referindo-se provavelmente ao município), e de nela (ou nele) ter vivenciado experiências subjetivamente decisivas, como o encontro com Anah em uma festa à fantasia em 1925; apesar, enfim, da intimidade e da familiaridade que tem com a cidade, Afonso Arinos encontra na passagem do tempo os elementos para algum distanciamento que lhe permita compreendê-la em seus diferentes momentos, para além dos episódios auto referidos, e que revelam uma descrição nostálgica do seu significado público e tradicional, residência de verão da família real e das classes abastadas.

O hotel Europa, em que se hospedara na infância com seu tio Décio, noivo de uma petropolitana da família Oliveira Castro, acabou fechado e abandonado no momento em que escreve, e, depois, tornado “um dos hediondos arranha-céus divididos em quarto e sala, que tanto têm vulgarizado a fisionomia, outrora tão calma e fidalga, da Cidade Imperial” (Franco, 2018, p. 233). O verão de 1922-1923 é passado por um Afonso Arinos adolescente em hotel também desaparecido. A rede de sociabilidade proporcionada pela viagem cotidiana da população, em sua grande maioria masculina, da cidade, da qual participa já adulto, também é desfeita, junto com a estrada de ferro Leopoldina.

A ausência de rodovia, fazendo da Leopoldina o único meio de comunicação, forçava as famílias a permanências mais longas e mais contínuas. Os homens desciam para o trabalho diariamente. [...]. Todo mundo se conhecia, e as viagens corriam agradavelmente. Recordo-me bem das celebridades políticas, como Estácio Coimbra, Antônio Azeredo, Álvaro de Carvalho; das grandes figuras da vida social e financeira como Alberto de Faria, Fernando de Magalhães, Miran Latif, Guilherme Guinle, barão de Saavedra, o embaixador Morgan; das notoriedades literárias, como Alberto de Oliveira, Afrânio Peixoto, Tobias Monteiro, Assis Chateaubriand. (Franco, 2018, p. 241).

Se as experiências da vida mundana vivenciadas desapareceram, a ligação afetiva de Afonso Arinos com Petrópolis, entretanto, nunca é interrompida, e parece motivar sua tentativa de tornar familiar ou conhecidas as razões do estranhamento, atribuindo a degradação da cidade à estupidez dos governantes e às forças impessoais do *progresso*. No

primeiro caso, como o Rio de Janeiro, Petrópolis sofre as consequências de prefeitos incapazes e arquitetos cúpidos, mestres em enfear aquelas cidades. Com a diferença de que no Rio os “atributos imutáveis [da natureza] dominam, de certa forma, o conjunto, apesar da ridícula arquitetura e do mau gosto de pormenores”. (Franco, 2018, p. 234). No contraste entre as cidades, Afonso Arinos ressalta a origem construída da beleza de Petrópolis e, portanto, como toda obra humana, sujeita à variabilidade de tempo e lugar. “Mas em Petrópolis o encanto era frágil: estava exatamente no bom gosto e no pormenor”. (Franco, 2018, p. 234).

Por outro lado, assim como as instituições políticas do império, a cidade sofre os efeitos de processos inexoráveis:

A canalização dos rios, a derrubada das árvores frondosas que os bordeavam, a supressão das pontes de madeira vermelha que tão bem casavam com o verde das frondes altas e o azul das banquetas compactas de hortênsias espalhadas pelas margens, também desaparecidas, tudo isso foi um mal sem remédio, trazido pela estupidez, aliada ao chamado ‘progresso’, a uma cidade das mais lindas da América. (Franco, 2018, p. 234).

Como não podia deixar de ser, também a inauguração da rodovia afetou a experiência da viagem de subida da serra, reforçando sua avaliação dos efeitos negativos do “progresso”, ou seja, de um determinado modelo de desenvolvimento econômico-social, quando “[a] estrada passou às mãos do governo; o serviço tornou-se pior e irregular; a concorrência da rodovia retirou, afinal, completamente, o antigo caráter íntimo e mundano do transporte ferroviário.” (Franco, 2018, p. 242).

A par com o elogio da mundanidade e da sociabilidade, a relação que Afonso Arinos estabelece entre natureza, a qual a região Petrópolis epitomiza, revela a permanência e o elemento divino em contraste com a transitoriedade e fragilidade das obras humanas, índices da acentuação de sua religiosidade e espiritualidade ao final da vida:

Esta transparência, esta doçura tão brasileira da serra dos Órgãos, na sua amplidão livre de civilização e de história, livre de tudo, inclusive de tradição literária (Profissão de fé de um vigário de Savoia, de Rousseau; Meditação sobre os Andes, de Bolívar, péssimas coisas) aproximam-nos do Criador, à medida que nos afastam das criaturas. (Franco, 2018, p.1308).

Petrópolis também é o contexto de uma relação renovada de Afonso Arinos com o modernismo, e a casa de Petrópolis surgia como ponto de chegada biográfico e cultural. Na passagem que transcrevo abaixo, os comentários são feitos a propósito da construção encomendada a Sérgio Porto, “discípulo e companheiro de trabalho do grande Lúcio Costa” (Franco, 2018, p. 1089).

Nossa nova residência serrana saiu, por isto, um exemplo feliz do apuro, personalidade e autonomia a que atingiu a triunfante arquitetura brasileira. Chegamos agora, pelo menos no que toca à arquitetura residencial, ao momento de consciência plena da forma ao mesmo tempo atual e nacional. O modernismo revolucionário, espetacular e visual, iniciado na Pampulha e culminante em Brasília, começa a ceder a um outro impulso, menos polêmico e mais natural (no sentido de mais autêntico) que, sem sacrifício das liberdades conquistadas, põe em lugar das audácia provocantes — etapa de afirmação excessiva, própria de quem duvida de si mesmo — um vigor de duração não contida, mas tranquila. (Franco, 2018, p. 1089).

Já em 1965, ou seja, cinco anos após o que manifestou na época da criação de Brasília, a crítica de Afonso Arinos à arquitetura modernista parecia ter perdido parte da contundência. Elege como marco da divisão entre os dois momentos da arquitetura modernista o Palácio da Alvorada: antes o estilo

era mais a conquista internacional de uma pléiade de arquitetos brasileiros do que a interpretação atual, feita por ela, dos valores nacionais. [...] A partir do palácio da Alvorada, criação gentil de Niemeyer, revelação e reencontro, surpresa e costume, provocação de sonho e saudade de casa-grande, ardendo em tons verdes como esmeraldas noturnas, começou a fusão das formas tradicionais brasileiras. (Franco, 2018, p. 1090).

Trata-se, portanto, da constatação satisfeita do intelectual mineiro de Belo Horizonte, filho de Afrânio de Melo Franco e sobrinho do primeiro Afonso Arinos, ambos naturais da cidade mineira de Paracatú. Em sua avaliação, o modernismo *tout court* passara a se ajustar à ideia da cultura nacional autêntica e às suas origens históricas, orientado pela perspectiva de

um projeto de nação e pautado pelos princípios da personalidade e da autonomia. Ao modernismo mineiro, enfim.

Referências

- ANDRADE, Mário. *Poesias completas*. Rio de Janeiro:Nova Fronteira, 2013.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Zigue-zague*. Ensaios reunidos (1977-2016). São Paulo: Editora Unifesp, 2019.
- BASTIDE, Roger. "Variações sobre a porta barroca". In: Roger Bastide. *Impressões do Brasil*. Organização e prefácio: Fraya Frehse e Samuel Titan Jr. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.
- BOMENY, Helena. *Guardiães da razão: Modernistas mineiros*. Rio de Janeiro/São Paulo: UFRJ: Tempo brasileiro, 1994.
- BOTELHO, André; HOELZ, Maurício. *O modernismo como movimento cultural*: Mário de Andrade, um aprendizado. Petrópolis: Vozes, 2022.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A alma do tempo*. Memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018.
- GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda*. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Ministério da Cultura-IPHAN, 1996.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora Puc-Rio, 2006.
- LUKÁCS, Georg. *A alma e as formas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- SENNETT. Richard. *O declínio do homem público*. As tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- VELOSO, Caetano. *Cores, Nomes*. Rio de Janeiro: PolyGram, 1982. 1 LP.
- WAIZBORT, Leopoldo. "Formação, especialização, diplomação: da universidade à instituição de ensino superior. Dossiê - Teoria dos sistemas e crítica da sociedade. *Tempo social*. v. 27, a. 2, Jul-Dec 2015.

Carmen Felgueiras - Universidade Federal Fluminense – UFF

Socióloga, professora Associada IV do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais e do Programa de pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Colabora com a Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS) e é líder do Grupo de Pesquisa em Pensamento Social Feminista no Brasil (CNPq).

E-mail: carmen.uff@hotmail.com